

**NOTA DE REPÚDIO AO BAIXO SALÁRIO DO CONCURSO DA
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOS INDIOS/PB**

O Conselho Regional de Serviço Social 13ª Região, entidade que orienta, normatiza e fiscaliza o trabalho do e da Assistente Social no Estado da Paraíba, torna público o seu repúdio à Prefeitura Municipal de Cachoeira dos Índios/PB, na gestão do Prefeito Allan Seixas de Sousa, que lançou o Edital Normativo nº 001/2020 de concurso público e prova de títulos para o quadro de provimento efetivo no dia 17 de julho do ano corrente oferecendo um total de 80 vagas e, especialmente, 02 vagas para Assistentes Sociais.

O salário base oferecido para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, profissão de nível superior reconhecida e regulamentada por Lei Federal nº 8.662/93, é de R\$ 1.045,00 (Um Salário Mínimo), mesmo valor equiparado ao cargo de profissões que exigem somente a Alfabetização.

Em tempos de combate à Pandemia Covid-19 (Coronavírus), em que se reivindica por condições dignas de trabalho, baixos salários impactam negativamente na qualidade do serviço prestado, trazendo como principais consequências, desmotivação e descontinuidade das ações profissionais.

Diante do desmonte das políticas públicas e da precarização das condições de trabalho, a questão salarial de todas as categorias profissionais presentes neste edital, e especificamente do e da Assistente Social é um desrespeito ao conjunto dos (as) trabalhadores (as) que estão/estarão na linha de frente dos serviços prestados.

De tal modo, chamamos a atenção para a falta de compromisso com a vida e a dignidade do trabalho bem como para a pouca importância do gestor municipal com a qualidade nos serviços prestados aos munícipes de Cachoeira dos Índios/PB.

Considerando que ainda não foi regulamentado o piso salarial da categoria em nosso país, esse fato reforça a necessidade da categoria dos (as) Assistentes Sociais tomar para si a luta e a mobilização pela aprovação do piso mínimo nacional em tramitação através do PL 2693/2020 no Senado Federal.

Assim, o CRESS 13ª Região reafirma a sua posição contrária a qualquer proposta salarial que esteja aquém do reconhecimento da profissão e que desvalorizem a categoria profissional.

João Pessoa, 28 de julho de 2020.